

A importância da leitura¹

The importance of reading

Maria Alice da Silva Braga

Resumo

O texto A importância da leitura faz um breve percurso pelo caminho de formação intelectual do Brasil colonizado, tendo em vista o processo de transplantação da cultura européia para terras americanas no meio de um cenário indígena primordial.

Palavras-chave: literatura, leitura, história.

Abstract

The text The Importance of reading performs a short journey along the intellectual formation of colonized Brazil considering the process of transplantation of European culture to American lands in the middle of a primordial indigenous scenario.

Key words: literature, reading, history.

A partir dos estudos desenvolvidos pela professora Dr. Regina Zilberman (PUCRS), especialmente nas obras *Leitura rarefeita* e *A leitura e o ensino da literatura*, onde ela realiza um percurso histórico-social e cultural sobre a literatura brasileira e a história da leitura no Brasil, podemos promover a discussão do tema leitura, sociedade e educação respectivamente.

Para situar o assunto, isto é, a leitura no contexto do Brasil, é importante realizar um retorno na história e recuperar fatos que determinaram ou incentivaram hábitos formados a partir da miscigenação entre culturas distintas, mas de igual importância na medida em que cada elemento traduz traços de um passado que representa vivências carregadas de significação e repassadas através das gerações, eternizadas pela palavra oral ou escrita.

O território brasileiro foi ocupado pelos portugueses no século XVI, seguindo os padrões da época de uma sociedade capitalista

européia preocupada em expandir seus domínios e explorar as terras recém descobertas. O leitor europeu, em geral mostrava interesse, nessa época, por obras voltadas à descrição da terra e dos povos do Novo Mundo – o exotismo do clima tropical que favorece a vegetação e a fauna foi motivo de interesse flagrante, além da gente primitiva que aqui habitava, com costumes e cultura singular.

Textos como *Mundos Novus* (1502), carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médici, em que o relator revela intensamente a magia da visão da terra nova, confundindo o paraíso terrestre habitado por homens e mulheres em estado natural, livres das doenças e dos males que dizimavam os civilizados. Relatos escritos pelo alemão Hans Staden, que refere, no prefácio de sua *Wahrhaftige Historia*, as aventuras vividas entre os indígenas, projetando a paisagem social e existencial dos Tupinambás, ou, ainda, a obra do francês Jean Léry, *Histoire d'un*

¹ Palestra proferida na aula inaugural do Curso de Letras da ULBRA em março de 2005.

Maria Alice da Silva Braga é Professora do curso de Letras da ULBRA. É formada pela PUCRS com doutorado na área de Crítica Genética.

Endereço para correspondência: Rua 14 de Julho, 291, casa 08 – Boa Vista – POA. Fones 3328.9396 e 9959.1014.

Textura	Canoas	n. 12	julho/dezembro 2005	p.63-66
---------	--------	-------	---------------------	---------

Voyage fait en la Terre du Brésil, publicada em várias línguas, que destaca a vida dos primitivos e seus costumes, exaltando as belezas da terra brasileira. Todas essas obras foram sucesso de vendas na Europa com várias edições.

Em tais textos, como em outros semelhantes, predomina o inventário de enumeração das propriedades da terra e a descrição dos hábitos e aparência originais dos nativos. O escritor não só registrava as peculiaridades desse mundo, do lado de cá do oceano Atlântico, mas tentava adequar o relato sobre o *modus vivendi* particular, o que validava, de antemão a dominação.

Pero Vaz de Caminha, na carta a D. Manuel, rei de Portugal, escrita em 1500 e publicada em 1507, em que descreve a paisagem local, quando de sua chegada à costa brasileira na expedição de Cabral, apresenta ao rei a solução para a conquista das terras fecundas e verdejantes. Caminha refere que os indígenas pareciam receptivos ao cristianismo, situação favorável à conversão ao catolicismo, argumento que legitima a expansão europeia na América.

A partir desse ponto de vista, o primeiro projeto educacional desenvolvido no Brasil resultou de uma política catequética, executada, sobretudo, pelos jesuítas, que aportaram na costa da Bahia, em 1549, com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, permanecendo em solo brasileiro até o ano de 1759, quando foram expulsos pelo marquês de Pombal. Durante os 210 anos de permanência dos jesuítas consolidou-se a prática pedagógica, talvez a mais marcante e bem documentada da história colonial brasileira, responsável pelo estabelecimento das condições dentro das quais leitura e escrita, como modelos de ação coletivos e institucionais, firmaram-se entre nós.

O padre Manuel da Nóbrega escreve, em 1561, uma carta enviada à Metrópole, na qual descreve a implantação das escolas de catequese destinada aos índios. Depois, Anchieta, que chegou ao Brasil em 1553, descreve, em seus relatos, o funcionamento da escola voltada para a catequese e ensino da língua portuguesa.

Em torno de 1570, Anchieta registra a fundação de colégios em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, bem como as casas em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga.

Uma sistematização do pensamento pedagógico dos jesuítas aguarda 200 anos até que San-

ta Rita Durão escreve e publica *Caramuru* (1781), poema declaradamente catequético, que destaca com clareza o projeto educacional da Companhia de Jesus. O poema, em dez cantos, narra as proezas de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, desde seu naufrágio junto à costa da Bahia até o retorno ao Brasil, após ter conquistado os selvagens e viajado à França, onde se casou com a índia Paraguaçu, batizada de Catarina.

Durante os séculos XVI e XVII, a catequese dos índios pelos jesuítas resumiu o principal programa educacional promovido pela coroa portuguesa na colônia americana.

Os jovens brancos, no entanto, não tinham acesso à escola porque esta era feita para os nativos, de modo que os brancos ou assistiam às lições dos jesuítas ou permaneciam analfabetos, aprendendo, eventualmente, com particulares, a ler, escrever e contar. Esse processo dissociava-se do modelo europeu, onde o ensino se expandia e coletivizava, assumindo feições até hoje características. Nesse momento, se reconhece a precária ou até inexistente preocupação das autoridades com a difusão da leitura e da escrita, habilidades fundamentais aos cidadãos de uma nação que se pretende moderna. Assim, o fracasso cultural do Brasil colônia, principalmente nos séculos XVI e XVII, decorre, sobretudo, da inexistência de um programa de formação na infância. Do mesmo modo, a falta de escolas, bibliotecas, livrarias e gráficas não permite que o nível cultural da população melhore. O reduzido número de escritores ativos nesse período também indica as dificuldades de produção intelectual. Assim, tal situação passa, de algum modo, a servir de pano de fundo para a escrita literária.

Poetas como Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, Nuno Marques Pereira e Santa Maria Itaparica, todos baianos, apontam e denunciam a precária instrução em que vive o povo brasileiro.

Gregório de Matos, em especial, vale-se da sátira em seus poemas para criticar agudamente o meio em que viveu, apontando a ignorância como a principal característica que florescia. Dizia que os letrados eram poucos, reunindo-se em grupos fechados para se protegerem e promoverem. O poeta baiano definia-se como o cantor incapaz de calar diante dos males que presenciava.



Os intelectuais baianos, diante da caótica situação da cultura brasileira, como a pobreza dos meios de produção intelectual, criaram, a exemplo da Europa civilizada, Academias que reuniam os letrados locais sob a égide de um mecenas, o qual tinha a função não só de financiar o trabalho dos poetas, mas, especialmente, de protegê-los e prestigiá-los na sociedade, legitimando a atividade que exerciam. *A Academia Brasílica dos Esquecidos*, inaugurada em 1724, na cidade de Salvador, congregava os escritores locais, divulgando a manifestação pública dos seus trabalhos. A fundação dessa Academia culmina com uma narrativa que começa com a chegada dos portugueses ao Novo Mundo, completando, assim, o processo de colonização, equivalente ao processo econômico gerado nas minas e que sustenta a metrópole.

A Europa do início do século XVIII também enfrenta dificuldades quanto às condições de produção intelectual, quando a Revolução Industrial ensaiava seus primeiros passos e a impressão de livros guardava marcas artesanais. No Brasil dessa época o arcadismo se desenvolve, trazendo novas idéias. Em 1769, Basílio da Gama publicou *O Uruguai* para celebrar a vitória dos portugueses sobre índios e jesuítas nas colônias situadas ao sul do continente americano. Antes, porém, Cláudio Manoel da Costa publica *Obras poéticas*. Silva Alvarenga e Basílio da Gama demonstram conhecer os procedimentos usuais dos letrados de seu tempo, criticando aqueles que fazem versos de acordo com modelos prontos, ao contrário de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, presos ao cânone arcádico e à influência poética de Cláudio Manuel da Costa.

Aos poucos, um novo modo de circulação da cultura, cada vez mais dependente da matéria impressa, começa a ser implantado numa sociedade heterogênea, mas sedenta de novas idéias. Em consequência, novos hábitos de leitura começam a surgir, resultado de modelos de público, com os quais os poetas dialogam.

Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, sob influência européia, produziam no Brasil, mostrando ao leitor um mundo novo, recolhido na realidade, mas filtrado pela sensibilidade e entregue ao leitor ávido de conhecimento. Com a morte e o exílio dos poetas, as

idéias frutificaram e recolheram seguidores ao longo do caminho pedregoso, no entanto, os leitores que sobreviveram às vicissitudes da sociedade oitocentista puderam projetar um imaginário comum e nele implantar a utopia de seu tempo, certamente a mais progressista que a época conseguiu produzir.

No século XIX, o Brasil ainda amargura a ignorância da população, mesmo branca e livre, mas dentro de um cenário disposto a mudar. A Imprensa Nacional lança, no Brasil, em 1810, em versão integral, a obra *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, engendrando novas formas de público, inicialmente débil, mas logo assumindo contornos definidos e diferenciados. Entre os anônimos leitores de folhetim e os freqüentadores de teatro, circulam intelectuais, jornalistas, sinhás-moças e senhoras capazes de leitura.

Começa, então, a se definir o aparelho cultural brasileiro. Muitas das aspirações mais caras aos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XVIII foram realizadas nos primeiros anos do século XIX, tendo apoio do governo que anteriormente as havia combatido. Assim, imprensa, periódicos, escolas superiores, além de grandes obras públicas, marcam o reinado americano de D. João VI, impelido a criar na Colônia pontos de apoio para o funcionamento das instituições. Sob essa perspectiva, vivendo entre um passado tateante e o século novo que desponta para a Independência, a nação brasileira contempla o aparecimento dos primeiros públicos consumidores de arte e literatura, bem como a definição da posição do intelectual e a aquisição de hábitos e características que marcariam o povo brasileiro até os dias de hoje.

A literatura brasileira começa a tomar corpo, desenvolvendo o romance na década de 40 do século XIX. Em 1844, Joaquim Manoel de Macedo lança o romance *A Moreninha*, sendo sucesso entre o público que se preparava para a leitura literária.

Já Álvares de Azevedo inspirava-se num universo de leitura mais amplo, responsável por uma escrita complexa, retratando, talvez, sua vida em São Paulo. O autor de *Noite na taverna* rompe com o decoro burguês, instigando o leitor atento a buscar novos horizontes, sem deixar, entretanto, de ler e reler os textos repletos de riquezas infinitas.



A leitura como prática social decorre do Projeto de Independência Política, acalentado por algumas elites e compartilhado pelo povo, pois tal projeto avança por meio da criação de um respaldo cultural favorável ao nacionalismo em curso.

Assim, em rápidas pinceladas, pintamos o quadro que registra o passado da literatura e o processo de implantação da leitura no Brasil. Como podemos perceber, foram séculos de história, com elementos recolhidos na efervescente Europa ocidental dos séculos XVI, XVII e XVIII e miscigenados à cultura da terra recém descoberta, colonizada e transmutada.

A partir desse ponto de vista, temos mais subsídios para analisar e compreender o processo de transformação da leitura no Brasil, pois os séculos de crescimento e desenvolvimento da cultura, bem como a intelectualização do povo, cederam lugar aos apelos mais fortes da modernidade, os quais nos impedem de buscar nas letras as respostas para nossas dúvidas e anseios, gerando, com isso, uma nova cara para esse povo que nasceu inculto, mas venceu as dificuldades e obstáculos para compreender o universo secreto e antitético de um poeta barroco, ou a distância entre o mundo grego e o mundo americano colonizado, desvendando os sonhos românticos das personagens que povoam o mundo das Carolinas ou dividindo com um nefelibata um pedaço do paraíso idealizado.

No Brasil, o nível de consumo de material impresso, os livros, ainda é muito baixo, e os motivos para tal situação são vários: analfabetismo, baixo poder aquisitivo, ausência de uma política cultural contínua e eficiente e, talvez o que possui peso relevante hoje – a influência dos meios audiovisuais de comunicação de massa.

Passamos da primazia da cultura oral à dominação da mídia eletrônica, tendo uma lacuna pouco preenchida entre esses dois estágios. Entretanto, a cultura à qual estamos inseri-

dos, a da imagem, com a tecnologia avançada e dinâmica é um dos acessórios mais importantes e eficazes para a difusão da leitura – nosso foco principal – que incide na discussão sobre literatura, pois é esta força motriz que desencadeia o processo de leitura.

Conforme Roberto Escarpit, “é preciso dessacralizar a literatura, liberá-la de seus tabus sociais, abrindo caminho para o segredo de sua potência”. Talvez assim seja possível refazer a história dos homens em sociedade, recuperando o passado e permitindo que se estabeleça o diálogo entre palavras, mitos e idéias – o que chamamos literatura.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- ESCARPIT, Robert. *Hacia una sociología del hecho literário*. Madrid: Edicusa, 1974.
- FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP, 1992.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- POULAIN, Martine. *Lecteurs et lecture: le paysage général*. In: *Pour une sociologie de la lecture: lectures et lecteurs dans la France contemporaine*. Paris: Cercle de la Librairie, s/d.
- VERISSIMO, Erico. *Breve história da literatura brasileira*. Tradução Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.
- ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 1991.

